

Para além da “cidadania viva”: a participação popular contra a desigualdade

O Bloco parte para a sua Conferência Autárquica com um lema que nos deve dar que pensar: “cidadania viva”.

Em primeiro lugar deve dar-nos que pensar a propósito das suas limitações e de tudo o que deixa por dizer. Assim colocado, este lema corre o risco de parecer indicar uma iniciativa política asséptica, com um slogan que qualquer outro partido poderia usar, copiado da retórica dos processos *mainstream* das “cidades sustentáveis” e da “Agenda 21 Local”. Falta-lhe radicalidade e desafio.

Não se trata, claro, de reduzir a importância da ideia de participação, antes pelo contrário. Trata-se da urgência de pensar de outra forma a máquina de exclusão em que as políticas autárquicas se tornaram e as estratégias que permitiram que a retórica da cidadania e as ferramentas participativas fossem apropriadas pelo *status quo* e de criar alternativas. O exemplo dos orçamentos participativos, que o BE se esforçou para colocar na agenda política local, é sintomático: em muitos sítios foram limitados a concursos de ideias, tornados dependentes da capacidade de elaborar um projecto e de o divulgar, sequestrados por pequenos lóbis. É preciso reinventar esta exigência.

A cidadania formalmente assegurada torna-se mesmo uma desculpa para não fazer mais (“não participam porque não querem”, dizem). Os debates de planos estratégicos, as consultas públicas, os documentos perdidos nos sites e escritos de forma imperceptível para a maioria da população mascaram uma exclusão dirigida particularmente àquels com menos recursos económicos, educativos, culturais. Não é por acaso que assim é. E, por isso, mais do que “cidadania viva”, é tempo de apelar à participação popular repolitizando a necessidade de democratização. Em segundo lugar, para além de pensarmos “quem” queremos que participe, deveremos pensar em que sentido: a mobilização popular que queremos é feita num sentido de transformação social, de combate à cidade (e quem diz cidade, diz vila, aldeia, comunidade) que promove exclusão para melhor impor desigualdade, a cidade capitalista moldada pela ganância. Para o fazer teremos de ir para além dos chavões.

A questão da reabilitação/regeneração urbana é disso exemplo. Expressão agitada à esquerda e à direita, é preciso perceber que interesses serve a cada caso concreto. Precisamos conseguir explicar as diferenças relativamente à reabilitação de quem regenera as suas mais-valias imobiliárias através da expulsão dos moradores. Precisamos mais do que arranjos cosméticos, de dar uma nova centralidade ao espaço público, de reduzir áreas urbanizáveis, de conseguir melhorar as condições de habitação de quem se endividou para a vida e vai vendo a sua casa deteriorar-se a médio prazo, de assegurar habitação municipal para arrendar para quem se vê remetido cada vez mais para longe do sítio onde quer viver, de serviços públicos de proximidade e de uma rede de transportes públicos nas mãos de municípios e de áreas metropolitanas que assegure o direito à mobilidade para além de uma

lógica de rentabilidade.

Em terceiro lugar, a “cidadania viva” deve começar cá dentro do BE e nas candidaturas em que participarmos. Construir candidaturas participativas, multiplicar os debates sobre prioridades e a circulação de informação e de experiências são tarefas daqui para diante. Tal como discutir o que fizemos até agora para pensarmos o que queremos fazer. São precisos balanços: sobre o trabalho da Coordenadora Autárquica Nacional, sobre a gestão autárquica que mais ficou associada ao Bloco (Salvaterra de Magos), sobre a forma como participamos em Assembleias Municipais e com que objectivos, sobre a política aceitação de pelouros, levada à prática sobretudo em Juntas de Freguesia, que nos faria supostamente aproximarmos-nos mais das populações e que terá dado azo a conclusões bem diferenciadas em casos diferentes, sobre o que soubemos fazer e sobre o tanto que ficou por fazer. Ao iniciar um novo ciclo, é importante saber de onde viemos.

O desafio que o Bloco tem pela sua frente é não só o de um enraizamento social e territorial que irá bem além do quadro político que actualmente vivemos. É também o da disputa das políticas essenciais para a qualidade de vida. Para isso é preciso ousadia.

Carlos Carujo